

Governo de Pernambuco
Secretaria de Administração – SAD
Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco - EGAPE
Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE

CURSO DE FORMAÇÃO – EGAPE

Especialidade: CONTADOR

MÓDULO II

PRIMEIRA PROVA OBJETIVA – 02/06/2026

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir.

Nome																			
Nº CPF					Nº do Doc. de Identificação										Órgão Expedidor			UF	

ATENÇÃO

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas) horas**, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 **(ZERO)** ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala.
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas.
Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.

01. A tributação constitui uma das principais formas de financiamento das atividades estatais. Nesse contexto, o Sistema Tributário Nacional estabelece as regras que disciplinam a instituição, a arrecadação e a fiscalização dos tributos no Brasil. Considerando esse tema, assinale a alternativa que apresenta a principal norma infraconstitucional responsável por estabelecer normas gerais de direito tributário no Brasil.

- a) Lei de Licitações.
- b) Constituição Federal.
- c) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) Código Tributário Nacional.
- e) Código Civil.

02. Escolha a opção abaixo que apresenta corretamente a espécie tributária cuja obrigação possui fato gerador independente de atividade estatal específica relativa ao contribuinte:

- a) Taxa.
- b) Imposto.
- c) Contribuição de melhoria.
- d) Empréstimo compulsório.
- e) Contribuição previdenciária.

03. No âmbito do Sistema Tributário Nacional, a competência tributária atribuída constitucionalmente aos entes federativos possui características próprias relacionadas à instituição e à arrecadação dos tributos. De acordo com o Código Tributário Nacional, essa competência corresponde:

- a) À atribuição constitucional para instituir tributos por meio de lei.
- b) Ao exercício compartilhado da tributação entre os entes federativos.
- c) À delegação da atividade legislativa mediante convênio administrativo.
- d) Ao desempenho da fiscalização tributária por entidade privada conveniada.
- e) À transferência da capacidade arrecadatória mediante autorização contratual.

04. A Constituição Federal de 1988 estabelece mecanismos destinados a limitar a atuação tributária do Estado, com o objetivo de preservar direitos fundamentais e garantir segurança jurídica aos contribuintes. Nesse contexto, constitui limitação constitucional ao poder de tributar a:

- a) Dispensa legal do pagamento de tributo regularmente instituído.
- b) Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário constituído.
- c) Redução administrativa da carga tributária mediante ato regulamentar.
- d) Exclusão administrativa do crédito tributário definitivamente lançado.
- e) Vedação constitucional à instituição de impostos sobre templos religiosos.

05. A cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que instituídos ou majorados pode comprometer a previsibilidade das relações econômicas e a segurança jurídica dos contribuintes. Desta forma, a Constituição Federal estabelece como limitação ao poder de tributar a:

- a) Vedação à instituição de tributos mediante medida provisória.
- b) Impossibilidade de cobrança de tributos sem prévia autorização judicial.
- c) Necessidade de observância do princípio da anterioridade tributária.
- d) Obrigatoriedade de instituir tributos exclusivamente por lei complementar.
- e) Proibição de alteração da legislação tributária durante o exercício financeiro.

- 06. A legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem no todo ou em parte sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. De acordo com o Código Tributário Nacional, salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor:**
- a) Na data de sua publicação.
 - b) 90 dias após sua publicação.
 - c) Após aprovação do Poder Legislativo.
 - d) No primeiro dia do exercício seguinte.
 - e) Após homologação da Receita Federal.
- 07. Uma obrigação tributária é o vínculo que se estabelece entre o estado credor e o particular devedor, o contribuinte. Nos termos do Código Tributário Nacional, o fato gerador da obrigação tributária principal é:**
- a) O pagamento do tributo devido.
 - b) A inscrição do débito em dívida ativa.
 - c) A constituição definitiva do crédito tributário.
 - d) O lançamento realizado pela autoridade administrativa.
 - e) A situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- 08. No âmbito da relação jurídico-tributária, determinadas obrigações decorrem diretamente da ocorrência do fato gerador e envolvem prestação pecuniária. À luz do Código Tributário Nacional, essas obrigações correspondem:**
- a) Às obrigações instrumentais previstas na legislação tributária.
 - b) Às obrigações principais relacionadas ao pagamento de tributo.
 - c) Às prestações administrativas relacionadas à fiscalização tributária.
 - d) Aos procedimentos administrativos associados ao lançamento tributário.
 - e) Às atividades arrecadatórias desempenhadas pela administração tributária.
- 09. Uma obrigação tributária estabelece Escolha a opção abaixo que apresenta corretamente a hipótese que corresponde a uma obrigação tributária acessória:**
- a) Emissão de nota fiscal pela pessoa jurídica.
 - b) Recolhimento do IRPJ apurado no exercício.
 - c) Quitação da CSLL incidente sobre o lucro.
 - d) Pagamento de multa tributária pecuniária.
 - e) Pagamento do IPVA devido pelo contribuinte.
- 10. Em determinada relação jurídico-tributária, um ente público exige o recolhimento de tributo previsto em lei de uma pessoa obrigada ao respectivo pagamento. Nos termos do Código Tributário Nacional, nessa situação o sujeito:**
- a) Ativo é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo devido.
 - b) Passivo é o ente responsável pela fiscalização tributária.
 - c) Ativo é competente para exigir o cumprimento da obrigação tributária.
 - d) Passivo é o ente competente para instituir o tributo exigido.
 - e) Ativo é responsável pelo cumprimento das obrigações acessórias.

11. A apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) exige a observância de critérios contábeis e fiscais relacionados ao resultado da atividade empresarial. Nesse contexto, o IRPJ e a CSLL são tributos se caracterizam por:

- a) Incidirem exclusivamente sobre operações financeiras realizadas pela pessoa jurídica.
- b) Possuírem como base de cálculo valores vinculados ao faturamento bruto da empresa.
- c) Serem apurados a partir dos resultados do exercício obtidos pela pessoa jurídica.
- d) Corresponderem a tributos incidentes apenas sobre receitas decorrentes de prestação de serviços.
- e) Constituírem contribuições destinadas exclusivamente ao financiamento da seguridade social.

12. No regime não cumulativo do PIS e da COFINS, é correto afirmar que:

- a) Não existe possibilidade de crédito.
- b) A tributação ocorre exclusivamente sobre o lucro.
- c) As contribuições incidem apenas sobre receitas financeiras.
- d) É permitida a apropriação de créditos em hipóteses previstas na legislação.
- e) O regime é exclusivo das microempresas.

13. Os pagamentos realizados pela administração pública a pessoas jurídicas estão sujeitos à observância de regras tributárias relacionadas à retenção na fonte. Com isso, é correto afirmar que a retenção do Imposto de Renda (IR) pela administração pública é:

- a) Exercida conforme conveniência do gestor público.
- b) Dependente de autorização contratual expressa da contratada.
- c) Realizada para extinguir obrigações tributárias da contratada.
- d) Vinculada aos pagamentos sujeitos à incidência legal do IR.
- e) Incidente exclusivamente sobre aquisições de bens permanentes.

14. A contratação de serviços mediante cessão de mão de obra ou empreitada pela administração pública exige a observância de regras específicas relacionadas à retenção previdenciária. Nesse contexto, a retenção de INSS pela fonte pagadora caracteriza-se por:

- a) Produzir a exclusão automática da responsabilidade previdenciária da empresa prestadora.
- b) Dependem de solicitação formal apresentada pela empresa contratada ao órgão público.
- c) Restringir-se aos pagamentos relacionados exclusivamente ao fornecimento de mercadorias.
- d) Constituir procedimento facultativo vinculado à conveniência administrativa da contratação.
- e) Corresponder à obrigação legal incidente sobre determinadas prestações de serviços.

15. Escolha a opção que caracteriza corretamente as retenções tributárias que os órgãos da administração pública devem realizar, observando regras específicas, quando se contratam um prestador de serviço:

- a) Compensação dos débitos tributários existentes do prestador de serviço.
- b) Recolhimento de tributos incidentes sobre determinados pagamentos.
- c) Atribuição da responsabilidade tributária relativa ao prestador do serviço.
- d) Suspensão da exigibilidade tributária aplicada aos serviços prestados.
- e) Extinção de créditos tributários do contratado já inscritos em dívida ativa.

16. Com base nas competências do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco previstas na Lei Orgânica do TCE-PE, analise as situações a seguir:

- I. As contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado são apreciadas pelo Tribunal de Contas mediante emissão de parecer prévio, cabendo o julgamento final ao Poder Legislativo competente.
- II. As contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos são julgadas diretamente pelo Tribunal de Contas do Estado.
- III. As contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal são julgadas diretamente pelo Tribunal de Contas do Estado, sem necessidade de manifestação da Câmara Municipal.
- IV. As contas dos Poderes Legislativo e Judiciário estaduais são julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

17. Considere que determinado Tribunal de Contas realizou auditoria em um programa governamental voltado à ampliação do acesso à atenção básica em saúde, com o objetivo de verificar se os serviços prestados estavam alcançando os resultados esperados, utilizando adequadamente os recursos públicos e atendendo às necessidades da população. Durante os trabalhos, a equipe de auditoria analisou sistemas de gestão, identificou falhas operacionais e apresentou recomendações para aperfeiçoamento da política pública.

À luz da NBASP 300, assinale a afirmativa correta acerca da auditoria operacional.

- a) A auditoria operacional restringe-se à verificação da legalidade dos atos administrativos e da conformidade contábil e financeira da gestão pública.
- b) A auditoria operacional tem por finalidade exclusiva identificar irregularidades e aplicar sanções aos gestores responsáveis.
- c) A auditoria operacional consiste em exame independente, objetivo e confiável, voltado à análise da economicidade, eficiência e efetividade de empreendimentos, sistemas, programas e atividades governamentais, podendo apresentar recomendações para aperfeiçoamento.
- d) A auditoria operacional limita-se à análise dos resultados obtidos pelos programas governamentais, não abrangendo sistemas de gestão ou causas de problemas identificados.
- e) A auditoria operacional possui objeto previamente delimitado a entidades e fundos públicos, sendo vedada a análise de atividades, impactos ou efeitos de políticas públicas sobre a sociedade.

18. O planejamento baseado em riscos constitui importante instrumento para a auditoria operacional, pois permite ao auditor identificar áreas mais vulneráveis à ocorrência de eventos que possam comprometer a economicidade, a eficiência e a efetividade das políticas e programas públicos. Segundo o Guia de Avaliação de Risco em Auditorias Operacionais do Tribunal de Contas Europeu, traduzido pelo TCU, a avaliação de risco deve focar os riscos-chave, isto é, aqueles considerados significativos e críticos para o alcance dos objetivos da organização.

Com base nesse entendimento, assinale a afirmativa correta.

- a) O planejamento de auditoria baseado em riscos prioriza exclusivamente a análise de irregularidades financeiras já identificadas em exercícios anteriores.
- b) A avaliação de risco tem por finalidade substituir o julgamento profissional do auditor por critérios objetivos previamente definidos.
- c) O planejamento baseado em riscos permite direcionar a auditoria para áreas mais críticas e relevantes, concentrando esforços nos riscos que podem comprometer os resultados da organização.
- d) A análise de riscos em auditoria operacional restringe-se aos riscos inerentes, desconsiderando os controles implementados pela organização auditada.
- e) A priorização dos riscos no planejamento de auditoria depende exclusivamente da probabilidade de ocorrência do evento, independentemente de seu impacto potencial.

19. De acordo com a NBC TA 500 (R1), a evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões e sua opinião, devendo ser apropriada e suficiente. Além disso, a definição e a execução dos procedimentos de auditoria devem considerar as circunstâncias do trabalho e a confiabilidade das informações obtidas.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) A suficiência da evidência de auditoria está relacionada exclusivamente à confiabilidade das informações obtidas pelo auditor.
- b) A adequação da evidência de auditoria corresponde à medida de sua quantidade, independentemente da relevância das informações coletadas.
- c) O auditor deve definir procedimentos de auditoria padronizados, independentemente das circunstâncias específicas da entidade auditada.
- d) A quantidade necessária de evidência de auditoria é influenciada pela avaliação dos riscos de distorção relevante e pela qualidade da evidência obtida.
- e) As informações produzidas pela entidade auditada não podem ser utilizadas como evidência de auditoria, em razão da ausência de independência da fonte.

20. Considere que, em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, a equipe técnica identificou irregularidades na execução de contrato administrativo, tendo elaborado matriz de responsabilização para individualizar as condutas dos agentes envolvidos. Assinale a afirmativa correta.

- a) A matriz de responsabilização destina-se apenas à descrição do achado de auditoria e do dano ao erário, sendo dispensável a demonstração do nexos de causalidade entre a conduta e o resultado ilícito.
- b) O campo “conduta” deve limitar-se à reprodução da situação encontrada no achado de auditoria, sem necessidade de individualizar ações ou omissões praticadas pelo responsável.
- c) A culpabilidade, na matriz de responsabilização, corresponde exclusivamente à demonstração de dolo do agente, sendo irrelevante a análise de circunstâncias atenuantes ou agravantes.
- d) O nexos de causalidade evidencia a relação de causa e efeito entre a conduta do responsável e o resultado ilícito, devendo demonstrar como a ação ou omissão contribuiu para a irregularidade apurada.
- e) A matriz de responsabilização somente pode ser aplicada a agentes públicos ocupantes de cargos efetivos.